

forte e a mão amiga, fizeram com esses coitados aí... Dizer que é terrorista isso?

Por que o Flávio Dino, nosso ministro, não faz a mesma coisa com esses caras que estão no Twitter, não manda prender todo mundo? Não estão prendendo todo mundo?

Avozinha com a Bíblia debaixo do braço está em cana por-que é terrorista. O Exército prendeu e levou lá. É bom colocar: não fui eu que prendi, não. Foi o Exército que, se tivesse jogado uma água e mandado embora, eles iriam, como fizeram aqui em São Paulo. Quando acabou a brincadeira, falaram “Vão embora” e eles foram.

Ninguém prendeu ninguém aqui em São Paulo. Ou aqui não tem terrorista? Terrorista só tem em outros estados? Então, essa é uma realidade. Essa é a minha colocação.

Então, antes veio a deputada dizer que os próprios filhos não podem ir para a escola. Qual é a situação que nós estamos vivendo? Somente falando: acho que esta Casa deveria se debruçar e ir atrás de soluções, não um xingar o outro.

Não adianta nada. Precisamos de solução. Qual é o cami-nho, onde estão os erros, onde podemos adquirir os acertos? Infelizmente, a gente vai de mal a pior.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. ANA PERUGINI - PT - Sra. Presidenta, para falar como líder da Minoria pelo Art. 82.

A SRA. PRESIDENTE - ANDRÉA WERNER - PSB - Vossa Exce-lência tem a palavra.

A SRA. ANA PERUGINI - PT - PELO ART. 82 - Deputado, nosso sempre senador Eduardo Suplicy, nosso companheiro de bancada; deputado Conte Lopes, que me antecedeu na tribuna; Sras. Funcionárias, Srs. Funcionários, deputadas e deputados que nos assistem, senhoras e senhores que estão aqui aguardando no plenário, eu tive a oportunidade de ouvir ainda o final da fala do deputado Conte Lopes falando a respeito da onda de violência que tem assolado as nossas escolas.

Eu tenho tomado o cuidado de não mencionar nem ins-trumento, nem nome, nem idade de quem tem praticado esses atos de violência, até porque entendo que há uma corresponsa-bilidade velada e muitas vezes explícita na sociedade que tem gerado essa violência.

Como dizia Carolina: “Se nós aprendermos com os atos de tortura, nós também aprendemos com os atos de amor”. E tem nos faltado reverberar os atos de amor que podem banir essa cultura de violência. É claro que quem comete os atos de violência precisa ser afastado, precisa ser reeducado, precisa ser trazido ao centro da sociedade, porque na verdade saiu do centro de si, saiu do centro de toda a sociedade.

E nesse sentido nós estamos com muita cautela redigindo uma moção, primeiro, de aplauso, tanto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva como também ao governador Tarcísio, pela medida de estudar, de organizar e identificar o que tem gerado esses atos de violência. Então tanto na esfera federal como aqui em São Paulo, organizado pela Polícia Civil, 279 focos de ataques foram reprimidos com essa vigilância.

Em Brasília, a campanha que está sendo feita, o grupo de organização que perpassa vários ministérios também tem essa incumbência de identificar, diagnosticar e vacinar o que está aconte-cendo. E nesse mesmo sentido a moção vem também apelar.

Apelar para que haja uma intensidade maior nos trabalhos aqui no estado de São Paulo para que não haja mais a notícia de nenhuma violência na escola. E também apelar ao nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva que de alguma forma, respeitando os princípios federativos, incentive e propague isso por toda a nossa Federação.

Então eu acredito que uma cultura de paz é ainda o que nos falta e nos últimos tempos - não só nesse último tempo e não se trata de uma ideologia daqui ou outra de acolá... Eu até penso, não sou especialista, mas acompanhei em Brasília mui-tos grupos especialistas quando nós tratávamos da diminuição ou não da maioria penal.

E se nós passarmos a escutar aqueles que entendem real-mente do assunto, eu tenho certeza que nós temos uma chance muito grande de banir essa violência e de recuperar a escola como um espaço do aprender, um espaço do relacionamento, da interação, do acolhimento e da inclusão, e não um espaço da insegurança.

Eu penso que nesse sentido todos nós precisamos estar absolutamente do mesmo lado.

Mas o que me traz aqui é a apresentação da frente parla-mentar que vai discutir o Sistema Cross, que tem reverberado na imprensa e tem reverberado entre os usuários e que é uma frente que vai tomar muito trabalho.

Daí o porquê de nós termos apresentado essa frente com prioridade e depois só então a frente para defender os profis-sionais da Justiça aqui no estado de São Paulo. Nós temos um gargalo aqui - nós temos os dados só de dezembro de 2022 -, que trata de uma fila no Sistema Cross de 460 mil pessoas aguardando uma cirurgia eletiva.

Mas o Sistema Cross, esse sistema que vem oferecer os recursos que nós temos na saúde pública, no Sistema SUS, sofre hoje nessa organização, nessa fila dos 460 mil que pode ser interrompida a qualquer hora, também a fila das urgências, das emergências, que são também de obrigação da saúde secundá-ria e terciária.

E a saúde secundária é de corresponsabilidade dos muni-cípios, do estado e da Federação, e a saúde terciária, aí é do estado. E aqui no estado de São Paulo nós temos como casos...

Eu acredito que qualquer deputado aqui com certeza já deve ter presenciado - a própria deputada Andréa, que está pre-sidindo a nossa sessão - pedidos de socorro com traumatismos cranianos, com fraturas na coluna decorrentes de acidentes e que interferem nessa fila das cirurgias eletivas.

O que nós queremos, fortalecendo o SUS, é trazer uma discussão da transparência desse sistema e de uma eficiência maior, porque nós não podemos ter uma única fila para aquilo que acontece de urgência e não podemos ter uma fila aguardando a cirurgia sem data ainda prevista para as pessoas que estão nessa fila.

Ainda há um gargalo nesse sistema, que muitas vezes passa pelo não conhecimento do funcionamento nesse processo, que nem sempre é de conhecimento de todos os profissionais da Saúde como também dos usuários, que muitas vezes pensam que estão na fila, mas ainda nem adentraram para a fila.

Tenho o exemplo claro de uma moça com dois nódulos no seio que achava que estava na fila, mas ela não estava na fila. Então nós precisamos superar essa mazela. Acredito que a pandemia e até mesmo todo o processo que a Saúde pública no nosso Brasil sofreu no governo anterior, em um claro movi-mento de privatização, deixou todos, todos nós, como diz o pre-sidente Lula, todas, todos e todes, assombrados com a hipótese de não termos o sistema público de saúde no nosso Brasil, que tem profundas desigualdades.

Se há algo que nós precisamos fazer é defender o sistema SUS. Para isso, nós apresentamos a Frente.

Eu agradeço a todos os deputados e todas as deputadas que aderiram à Frente para que nós possamos fazer um tra-balho intenso e chegarmos a um resultado final fortalecendo o sistema e dando muita transparência ao sistema Cross, para que possamos de fato não aguardar em uma fila tão grande, 460 mil pessoas.

Quem tem a condição de pagar plano particular, deputada Andréa, é uma coisa quem; tem condição de pagar um convê-nio, é outra e quem tem o desespero de saber que precisa do sistema e que não sabe quando vai ser atendido, correndo risco de morte, é desesperador.

Precisamos de um tratamento humanizado a esse Sistema Único de Saúde, o SUS, que é algo que nos torna um país como referência de um sistema que funciona e que precisa acontecer com toda a eficácia no nosso estado de São Paulo, nesta Casa, fazendo a defesa desse sistema onde nós estamos.

Muito obrigada, obrigada sempre ao nosso senador e nosso deputado Eduardo Suplicy, nosso símbolo da luta pelos direitos humanos, pela renda mínima de cidadania, que é algo que parece utópico, mas é a realidade porque o capitalismo, por si, não se sustenta. Algo inovador há que acontecer.

Muito obrigada.

A SRA. ANA PERUGINI - PT - Presidenta, solicitando aqui o levantamento da sessão.

A SRA. PRESIDENTE - ANDRÉA WERNER - PSB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 13 minutos.

\*\*\*

## 13 DE ABRIL DE 2023

<p>Presidência: CARLOS GIANNAZI, PAULA DA BANCADA FEMINISTA, REIS e CONTE LOPES</p>
---

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - VALDOMIRO LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - ANDRÉA WERNER

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência. Pronuncia-se acerca de abaixo-assinado tratando de insegurança na Escola Estadual João Kopke.

7 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Defende a realização de concursos públicos para a admissão de profissionais da Educação.

9 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Cumprimenta alunos do Colégio Santa Marcelina e da ETEC Profª. Dra. Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara (Pirituba), presentes nas galerias.

11 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - REIS

Assume a Presidência.

13 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

16 - SOLANGE FREITAS

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

17 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

18 - CONTE LOPES

Assume a Presidência.

19 - CAPITÃO TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

20 - REIS

Assume a Presidência.

21 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

22 - PRESIDENTE REIS

Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.

23 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

24 - PRESIDENTE REIS

Esclarece questionamento feito pelo deputado Conte Lopes acerca do uso indevido da Polícia Militar em serviços de segurança privada. Cumprimenta autoridades de Américo Brasiliense.

25 - FABIANA BARROSO

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

26 - CONTE LOPES

Para comunicação, faz pronunciamento.

27 - PRESIDENTE REIS

Endossa o pronunciamento do deputado Conte Lopes.

28 - CONTE LOPES

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

29 - PRESIDENTE REIS

Anota o pedido. Tece considerações acerca do pronunciamento do deputado Conte Lopes sobre questões de segurança pública.

30 - CONTE LOPES

Para comunicação, faz pronunciamento.

31 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido do deputado Conte Lopes. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 14/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista dos oradores inscritos, com a palavra o deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Com a palavra o deputado Lucas Bove. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra a deputada Professora Bebel. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Felipe Franco. (Pausa.) Com a palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Com a palavra o deputado Caio França. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Valdomiro Lopes, que fará o uso regimental da tribuna.
O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Obrigado, Sr. Presidente. Hoje eu vou usar a tribuna do Pequeno Expediente para falar de um projeto de lei que apresentei aqui, na Assembleia de São Paulo, nossa segunda-feira, que visa à segurança nas escolas paulistas.

Por que isso? Parece que a gente sempre está correndo atrás do prejuízo, mas a verdade é que essas motivações já são muito antigas. Eu mesmo, quando fui prefeito de São José do Rio Preto, fiz questão de instalar câmeras de segurança nas escolas infantis e nas escolas fundamentais, criando um processo de segurança, mas eu acho que agora esse projeto de lei que apresento aqui vem de uma forma muito mais completa

porque ele aborda requintes de segurança que a gente tem que aperfeiçoar, na verdade, para cuidar melhor das nossas crianças.

Esse programa que cria então, aqui... “Projeto de lei que cria o Programa de Segurança nas Escolas no Estado de São Paulo.”, começando pelos detectores de metais na porta das escolas, que é uma coisa fundamental.

Além disso, a identificação de todos que passam por aque-le detector de metais: o corpo docente, o corpo discente, na verdade os funcionários que prestam serviços na escola, todo mundo que for entrar na escola tem que passar por esses detec-tores de metais.

Além disso, todos os estabelecimentos de ensino têm que ser dotados com sirenes com um som especial, diferente da sirene da polícia, diferente... Um som que, quando ele for acionado, na vigência de algum problema, as pessoas já saibam que aquele som é como se fosse um sinal de perigo iminente, de pânico, de uma situação incontrolável que está acontecendo dentro daquela escola.

Além disso, a colocação de um botão de pânico. Um botão de pânico que fique na diretoria, que fique em lugares determi-nados: na sala dos professores, que fique também na própria cozinha da escola, na zeladoria.

E as pessoas determinadas já no esquema de segurança. Ao acionar esse botão de pânico, ele vai acionar, na verdade, ou a delegacia mais próxima ou o equipamento da Polícia Militar mais próximo, para que venha em socorro imediato daquela escola.

\*\*\*

- Assume a Presidência a Sra. Paula da Bancada Feminista.

\*\*\*

A direção e a coordenação do sistema de ensino, ao acio-nar esse botão de pânico, que também vai transmitir, na verda-de... Lógico que a colocação de câmeras de segurança é uma coisa, também, muito importante.

A transmissão online dessas imagens também, ou para a delegacia mais próxima - que não vai ficar lá 24 horas por dia fazendo aquilo, porque tem os DVRs que guardam as imagens do dia e da noite da escola.

Mas no instante da necessidade eminente de perigo, ao acionar o botão de pânico, já também aciona as imagens online das câmeras de segurança, que deverão ser instaladas nas escolas, para que a própria delegacia ou o próprio batalhão da PM ou a unidade da PM mais próxima, possa saber, exatamente, o que está acontecendo naquele local de ensino.

Também a própria Polícia Militar, e a própria estrutura da Secretaria da Educação, têm que dar treinamento para alunos, para professores e para todos os funcionários que trabalham naquela escola, de como se portar na eminência de um risco grave para a vida de qualquer um que esteja ali dentro.

Acho que, com isso, a gente cobre todas as lacunas impor-tantes na segurança das escolas, na segurança das nossas crianças. Nós vamos dar um exemplo, quer dizer, de aperfei-çoamento, inclusive, do próprio plano de segurança que eu fiz quando fui prefeito lá em São José do Rio Preto, que era a colocação de câmeras para poder, na verdade, visualizar algum eventual crime ou algum eventual deslize ou algum eventual furto que acontecesse lá nessa escola.

Acho que, com isso, a gente faz uma cobertura global disso. Nós vamos dar um exemplo em São Paulo, com a criação desse plano de segurança das escolas, de como é que a gente pode melhorar a segurança dos professores, de quem trabalha e dos nossos queridos alunos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, esse era o meu assunto de hoje.

A SRA. PRESIDENTE - PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Muito obrigada, deputado Valdomiro. Agora o deputado Carlos Giannazi. Desculpa. Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.)

Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Bruno Zambelli. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.)

Deputado Carlos Giannazi. Tem, V. Exa., o tempo regimental.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Muito obrigado, Sr. Deputada Paula da Bancada Femi-nista. Srs. Deputados e Sras. Deputadas, público aqui presente, quero hoje abordar, novamente, o tema da questão da violência nas escolas, Sra. Presidente. É sério o que está acontecendo no nosso Brasil.

Eu queria fazer uma relação muito profunda entre o que aconteceu no dia 8 de janeiro, agora, de 2023, que é a data da infâmia que foi, justamente, o ataque às sedes dos três Poderes, ao Supremo, ao Parlamento e à sede do governo federal.

Todos acompanhando, acompanhava aquele ataque nazi-fascista da extrema-direita brasileira contra a democracia e contra a sede dos três poderes, em Brasília, aquele ato contra a democracia, aquele ato terrorista.

Eu quero dizer que ele continua, ele não terminou, ele continua vivo na sociedade brasileira. Agora esses grupos desse segmento atacam as nossas escolas, sobretudo as escolas públicas do Brasil.

Esses grupos sempre odiaram a escola pública, sempre odiaram os professores, porque é na escola que o aluno tem a possibilidade de entrar em contato com uma diversidade; é na escola que ele tem a oportunidade de entrar com o pensamento crítico, com uma educação libertadora, libertária, educação emancipadora.

E esses grupos sabem muito bem disso. Então, agora a segunda etapa do dia 8 de janeiro, o dia da infâmia, o dia do terrorismo contra a democracia da extrema-direita. Ele se mani-festa através dos ataques orquestrados pelas redes sociais, não só mais pelo subterrâneo, pelo esgoto das redes sociais, mas de uma forma já aberta.

Não é à toa que o Ministério da Justiça, de uma forma acertada, e tem todo o nosso apoio, está editando uma medida para tirar do ar todos os perfis, todas as contas que estão esti-mulando os ataques às escolas do Brasil. Só o Twitter tem mais de 511 contas, perfis estimulando ataques às nossas escolas, às professoras, às crianças e aos adolescentes.

Está lá, e o Twitter disse que não vai retirar, não atendeu ao apelo do Ministério da Justiça, e é por isso mesmo que o Minis-tério da Justiça vai tomar medidas mais duras a partir de agora, multas pesadas para essas empresas multinacionais, internacio-nais que estão contribuindo com os ataques às nossas crianças, com as mortes.

Então, queria dizer que o dia 8 de janeiro continua. Tem aquele livro do Zuenir Ventura, “1968, o Ano Que Não Terminou”, que não acabou. É a mesma coisa aqui, faço analogia, dia 8 de janeiro, o dia dos ataques à democracia, também esse dia não terminou e ele tem prosseguimento agora atacando as nossas escolas.

E a extrema-direita trabalhando agora nos subterrâneos para disseminar o medo, o clima de terror, o pânico, as ameaças com discurso do ódio, com discurso que estimula exatamente a violência, que abre espaço, que estimula os psicopatas, os franco-atiradores, as pessoas ressentidas. Enfim, essas pessoas se manifestam. Então é uma orquestração, sim, na nossa opi-nião, da extrema-direita para gerar o pânico, o medo e o terror, não só nas escolas, mas em toda a sociedade brasileira.

Eu tenho ido, Sra. Presidente, deputada Paula, quase todos os dias às escolas, pessoalmente, conversando com as professo-ras, com os professores da rede municipal, da rede estadual de ensino, e estão todos com medo, e há uma diminuição drástica do número de alunos nas escolas.

Muitas escolas, ontem mesmo conversei com algumas professoras do Ensino Fundamental da estadual, dizendo: “Olha, ontem, na minha escola, eu tive a falta de 17 alunos”.

Numa sala com 30, ela teve 17 alunos que não foram. Então as famílias estão com medo.

Então, a extrema-direita protonazifascista bolsonarista do Brasil... porque a gente não pode esquecer que isso aumentou drasticamente no governo do Bolsonaro, que atacou a Educação, o governo que estimulou até mesmo que os alunos gravassem as aulas dos professores, logo no início do governo, para fazer o controle, dizendo que os professores estavam doutrinando, o governo que apoiou o movimento da Escola sem Partido, que na verdade era censura e mordança nos professores e na escola.

O governo Bolsonaro que vetou o projeto aprovado no Congresso, que garantia a internet gratuita em todas as escolas públicas, o governo Bolsonaro que também vetou o projeto aprovado no Congresso de distribuição de absorventes para as nossas alunas das escolas públicas, governo Bolsonaro que vetou o projeto, inclusive, que autorizava os governos a coloca-rem psicólogo e assistente social nas escolas.

Então foi um governo contra a Educação pública. Aliás, todos os governos autoritários, todos os governos que defen-dem a ditadura, foi assim na ditadura militar, atacam a escola, sobretudo a escola pública.

Então o dia oito de janeiro, dia da infâmia, dia do ataque à democracia brasileira, não terminou, agora ele tem a sua prorrogação atacando as escolas para gerar pânico e medo na sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Obrigada, deputado Carlos Giannazi. Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. Tem V. Exa. o tempo regimental.

A SRA. ANDRÉA WERNER - PSB - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Boa tarde às colegas deputadas, boa tarde, presidenta, boa tarde aos colegas deputados, todos os funcionários desta Casa e todo mundo que está nos acompanhando de casa pela TV Alesp.

Aqui nesta tribuna já há alguns dias a gente tem falado do mesmo assunto porque tem preocupado a todos nós, que é a segurança nas escolas.

A gente falou aqui da maior presença das forças de Segu-rança Pública nas instituições de ensino, a gente falou de um trabalho mais incisivo da inteligência, que, inclusive, é capaz de barrar os ataques para monitorar essas ameaças, a gente falou da importância de cuidar da saúde mental dos alunos, dos profes-sores e a gente falou, inclusive, de repensar as instalações do ambiente escolar.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

Esse problema é grave, é urgente e é complexo. É impor-tante a gente lembrar, inclusive, que não existem soluções simples para problemas complexos.

E todas essas ideias que estão sendo trazidas aqui são importantes e podem contribuir de alguma forma para esse debate que é muito urgente e para esse processo de pensar em soluções.

Mas ontem eu estava aqui como presidente da sessão e eu ouvi uma coisa que não contribui para esse debate e que ataca um grupo da nossa população que não é criminoso. Na verdade, em geral, é vítima.

Um dos colegas, eu não vou citar o nome porque a minha ideia é atacar a fala, e não a pessoa, um dos nossos colegas, quando estava comentando o caso brutal que aconteceu em Blumenau, disse o seguinte: “Esse cara da machadinha não é problema social, ele matou quatro crianças porque ele é inimputável, ele é um débil mental, ele é um louco.”

Essa fala é muito perigosa. Débil mental, retardado, mongol e outros adjetivos pejorativos desse tipo foram usados por muitos anos para se referir a pessoas com deficiência intelectual, esse é o termo correto, pessoas como o meu filho Theo, de quase 15 anos.

Inclusive o Theo, se houver um ataque na escola dele, ele vai ser o primeiro que vai ser vitimado, porque ele não sabe nem fugir, ele não sabe nem identificar uma ameaça. Se ele tiver desacompanhado, inclusive, que é a realidade da maioria das crianças e adolescentes nas escolas deste País, adolescentes e crianças com deficiência, aí é que as chances dele são mínimas mesmo.

O ataque que a gente teve na Bahia, no final do ano passa-do, em setembro, mostra isso. A principal atingida foi uma moça que era cadeirante. E eu trago aqui dois estudos importantes. Eu acho que a gente deve falar de números, para não ficar no achismo, então eu trouxe alguns estudos.

Tem um estudo do governo americano que nos dá dois números bem importantes. De todos os episódios de violência, só cerca de 3% podem ser atribuídos a pessoas com algum transtorno psiquiátrico ou deficiência intelectual. Ao mesmo tempo, essas pessoas têm dez vezes mais chances de serem vítimas de violência do que a população como um todo.

O Departamento de Psiquiatria e Dependência Química de Nova Deli também traz um dado parecido. A dificuldade que as pessoas com deficiência intelectual podem ter de organizar os seus pensamentos, de reagir a estímulos que são imprevistos e de discernir quando as situações são intensas faz com que a capaci-dade que essas pessoas têm de se proteger seja muito menor.

É o que eu falei, o meu filho, muitas vezes, eu acho que ele não identificaria uma situação de perigo, portanto, ele nem fugiria. Nesse estudo, lá de Nova Deli, chegaram a números assustadores. Até 56% das pessoas com deficiência intelectual, ou transtomos psiquiátricos, já foram vítimas de violência.

Então, é com muito respeito que estou pedindo que a gente se atente às palavras que estão sendo usadas na tribuna. A gente está sendo ouvido pelo Estado inteiro e, às vezes, até pelo País.

Eu entendo que a intenção não é, conscientemente, atribuir violência às pessoas neurodivergentes, ou com deficiência, ou ofender essas pessoas e as suas famílias. Mas essa linguagem que, muitas vezes, a gente entende como uma linguagem do cotidiano, de uma conversa com amigos ou que, em espaços informais, ela passa como inofensiva, ela é uma ferramenta de desumanização e de estigmatização contra quem é vítima de violência.</